

Zeferino se opõe ao sonho campineiro



CAPÍTULO 4

De como Zeferino se coloca contra a instalação da faculdade de medicina e se torna pessoa non grata na cidade

EUSTÁQUIO GOMES
eustaquio@unicamp.br

O azedume do *Diário do Povo* para com Zeferino não era novo. Remontava a 1956, quando ele era diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto, escola fundada por ele em 1951. Já figura influente nas esferas de decisão sobre assuntos de educação superior, Zeferino colocou-se publicamente contra um projeto caro aos campineiros: dotar Campinas de uma faculdade de medicina que fosse igual ou melhor que a sua.

A campanha do jornal pela instalação dessa escola na cidade começou em 1946 através de um artigo de seu editor-chefe Luso Ventura. Até à época do entrevisto com Zeferino, Luso, poeta à antiga e polemista apaixonado, já havia escrito mais de 200 artigos sobre o assunto. Seus argumentos traduziam o anseio dos médicos da cidade e das famílias que tinham filhos cursando escolas de medicina em outros centros. Se Ribeirão Preto, que era uma cidade menor e economicamente menos importante, tinha o privilégio de contar com uma faculdade de medicina, por que não Campinas?

Mas Zeferino, um pioneiro do ensino médico no interior paulista, achava que a rota de interiorização devia passar por outros caminhos. Ele se dizia inteiramente a favor de uma nova escola de medicina fora do eixo paulistano, mas não exatamente em Campinas. Defendia que as escolas de medicina não deviam ficar próximas umas das outras, e que Campinas tinha contra si o fato de estar a menos de cem quilômetros da Capital.

Foi o bastante para inflamar o ânimo dos campineiros.

Parece claro que o projeto da Faculdade de Medicina de Campinas tem um inimigo acérrimo, e infelizmente para nós poderosos, no professor Zeferino Vaz – constata o otorinolaringologista Paulo Mangabeira Albernaz, professor da Escola Paulista de Medicina e campineiro de velha cepa. — Compreende-se que a criação de uma escola médica do mesmo padrão em Campinas vá matematicamente prejudicar a dele, não só porque Campinas é uma “capital” mas também por ser um dos maiores centros médicos do Brasil.

O argumento da proximidade entre as escolas era ridículo, dizia Albernaz. Lisboa, Porto e Coimbra são cidades próximas entre si e contam com escola de medicina. E na França? Só no sul há escolas médicas em Montpellier, Pagnan, Toulouse e Aix.

O ressentimento dos campineiros concentrou em Zeferino todos os dissabores que vinham sofrendo com sucessivos governos estaduais e com os catetários da Universidade de São Paulo que detinham, na época, o controle do ensino superior no Estado. Estava nas mãos da USP – a única universidade pública no Estado, à época – o principal instrumento que autorizava ou recusava a abertura de novos cursos ou faculdades: o Conselho Estadual de Ensino Superior, precursor do atual Conselho Estadual de Educação. Assim, enquanto os governos criavam no papel um sem-número de faculdades para agradar seus currais políticos, o Conselho se encarregava de evitar que elas se materializassem desautorizando sua instalação; sem contar que raramente se consumava a geração de dinheiro para tal fim. Esse expediente, verdadeira aberração eleitoral, começou no governo de Lucas Nogueira Garcez, tornou-se comum no período Jânio Quadros e teve prosseguimento com seus sucessores Carvalho Pinto e Adhemar de Barros.

Daí a irritação de Albernaz quando Zeferino, um uspiano de alto coturno, pronunciou-se abertamente contra a instalação de uma nova faculdade na cidade. — As opiniões do professor Vaz são capciosas e ocultam no bojo interesses particulares – disse. Uma vez que no ano anterior Garcez havia



Ary de Arruda Veiga, Roberto Franco do Amaral e Eduardo Barros Pimentel: vitória dos “generais”



Luso Ventura, editor-chefe do Diário do Povo: 200 artigos em defesa da faculdade



Antonio Augusto de Almeida, o primeiro diretor



Walder Hadler, o primeiro docente contratado

via criado por decreto a escola que os campineiros tanto queriam, toda a expectativa da gente mais ou menos letrada da cidade estava voltada para a consubstanciação desse sonho. Tanto que em outubro de 1955 o recém-criado Conselho de Entidades de Campinas – uma organização que reunia as associações de classe e clubes de serviços da cidade – fixou como sua tarefa prioritária a orquestração de uma campanha para forçar Jânio Quadros a cumprir a promessa feita pelo governo precedente.

Durante três anos Jânio fez ouvidos surdos ao clamor que vinha de Campinas. Em 1958, no entanto, encontrou uma forma de pacificar momentaneamente os ânimos dos campineiros recriando no papel a escola exigida por eles mas ao mesmo tempo agraciando três outras cidades – Catanduva, São José do Rio Preto e Botucatu – com promessa idêntica. Ou seja, de austero o governo passou a magnânimo. Mas, paralelamente, Jânio criou uma comissão para analisar as condições específicas de cada cidade. Os campineiros não demoraram a compreender que se tratava de um “leilão” em que poderia não dar o último lance. Tiveram certeza disso quando Jânio, sem consultar ninguém, confiou a presidência da comissão a Zeferino. Para Albernaz, foi como entregar o galinheiro aos cuidadores da raposa.

— Zeferino vai zudear o jogo de Botucatu – previu. Não demorou muito para que os receios de Albernaz se confirmassem. Em abril de 1959 a comissão entregou ao governador um relatório que rejeitava as pretensões de Campinas e concluiu com um parecer favorável à Bo-



Notícia de mesa-redonda em favor da Faculdade de Medicina e logotipo autografado por Carvalho Pinto



Antonio Barros de Ulhoa Cintra profere aula solene de instalação da Faculdade de Ciências Médicas



Primeira turma de formandos da Medicina, em 1968: primeiro vestibular teve 1.654 candidatos para 50 vagas

tucatu – “por motivos técnicos, morfológicos e econômicos”. No entender de Zeferino, era uma questão de lógica que uma nova escola de medicina no interior paulista desse situar-se no lado oposto a Ribeirão Preto, onde já existia uma, precisamente a que dirigia. Além disso, das quatro cidades candidatas, Botucatu era a única a possuir hospital próprio, com capacidade para 700 leitos, além de ser “boca de sertão” e epicentro de onde servia tanto à Alta quanto à Baixa Sorocabana, além de alcançar com facilidade a vasta região rural do noroeste do Estado.

Albernaz ironizou: — É simplesmente incrível essa história de motivos morfológicos. Se se tratasse da Brigitte Bardot ou da Lollobrigida, vá lá. Mas trata-se de uma cidade. Os motivos técnicos quais seriam? E depois de listar todos os pontos favoráveis a Campinas, já então uma metrópole com 15 hospitais, 300 médicos, uma universidade confessional com dez cursos – a Católica – 40 mil estudantes de todos os níveis e dezenas de bibliotecas, enumerou as dificuldades que Botucatu teria em mais de um sentido, inclusive o de conseguir cadáveres para as aulas de anatomia e dissecação.

Zeferino apanhou como um felino o argumento dos cadáveres. Acusou Albernaz de atraso científico: — Essa mentalidade “cadavérica” de ensino já está encerrada há vinte anos. — Falou o parasitólogo, grande autoridade em mosquitos e carrapatos – ironizou o médico campineiro. — Todos sabemos que não se pode fazer uma fenestração no vivo antes de uma cinquentena num cadáver.

E dirigindo-se aos companheiros do Conselho de Entidades: — Não devemos ter mais ilusões quanto aos interesses escusos do professor Zeferino.

— Não devemos ter mais ilusões quanto aos interesses escusos do professor Zeferino.

Ao ouvir essa dura expressão, “interesses escusos”, Zeferino subiu nas tamancas: — Que interesse escusos teria eu? Políticos, afetivos, econômicos? Não sou político, não tenho parentes em Botucatu e não posuo propriedades na região. Interesse na diretoria da faculdade? Duas vezes não! Planificar, executar e dirigir a de Ribeirão Preto já é o bastante para encher toda uma vida e satisfazer o mais vaidoso dos homens.

De fato, seu apego à escola médica que criara em Ribeirão Preto superava qualquer ambição: por duas vezes, ao longo da década de 50, declinou o convite feito por Garcez para assumir a reitoria da USP (naquele tempo a escolha do reitor era prerrogativa direta do governador) sob o argumento de que sua faculdade de medicina ainda não estava de todo consolidada. Negava, portanto, ser contra Campinas e lastimava a animosidade dos campineiros: — É aceitável que um homem normal seja contra outro homem, contra um time de futebol e mesmo que um habitante de uma pequena cidade seja inimigo de outra cidade vizinha por motivos esportivos ou por rivalidade de banda de música. Mas é manifestação de psicose delirante ser contra toda uma grande cidade como Campinas, com sua população culta e ativa, com suas indústrias, seu comércio e sua lavoura.

Isto soua a discurso de conciliação tardia, prontamente repudiado pelos campineiros. O fato é que, ao terminar a década de 50, Botucatu tinha a sua faculdade de medicina e Campinas, não. Na maioria dos círculos da cidade onde a ideia alguma vez teve curso, Zeferino passou a ser considerado *persona non grata*. A tal ponto que, ainda em 1959, quando o governador de São Paulo já era Carvalho Pinto, foi aconselhado pelo tribuna Otávio Bierrembach de Castro, seu amigo, a excluir Zeferino Vaz de qualquer comissão que estudasse os problemas de Campinas. E justificou: — Parece que ele tem ponto de vista firme contra a cidade.

‘Generais’ triunfam e FCM é instalada



CAPÍTULO 5

De como, no apagar das luzes do governo Carvalho Pinto, Campinas é atendida com muito mais do que havia sonhado

Agastado com a polêmica, Zeferino chegou a demitir-se da comissão. Foi demovido pelo governador Carvalho Pinto. Aos campineiros isso já não importava muito, pois tinham decidido contornar o Napoléozinho e levar a luta adiante com ou sem ele no caminho. Para todos os efeitos, a escola de Campinas estava criada no papel e pôla para funcionar continuava sendo uma questão política e de dinheiro. Em junho de 1959, Luso Ventura pontificou mais uma vez no *Correio Popular*:

Está superada a fase dos debates. Estamos empenhados na instalação. No ano seguinte os campineiros se organizarão para valer. Ao tomar posse da presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, o patologista Roberto Franco do Amaral, um dos esteios do projeto, elegeu a instalação da faculdade como prioridade número um da entidade. Pela primeira vez alguém definia com clareza os alvos a serem atacados de frente: o Conselho Universitário da USP, que detinha o controle do Conselho Estadual de Ensino Superior; os membros do próprio Conselho Estadual; os deputados da Assembleia Legislativa; e o governador do Estado.

O Conselho de Entidades foi reativado e uma nova campanha colocada em marcha. Criou-se uma estrutura com organograma e plano de ação definidos. No topo havia uma coordenação geral que tinha à frente, além de Franco do Amaral, o engenheiro Eduardo Barros Pimentel, delegado da Federação das Indústrias do Estado na cidade, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas Ruy Rodrigues e o presidente da associação local dos funcionários públicos, Ary de Arruda Veiga. Abaixo deles vinham 86 “combatentes” distribuídos em onze grupos de trabalho cujos líderes foram denominados “generais”. Cada grupo tinha uma tarefa a cumprir de acordo com a tarefa geral que era a de formular estudos jurídicos e financeiros para a instalação da faculdade, fazer o levantamento sócio-econômico da região, estabelecer contatos políticos, promover o tráfico de influência e realizar palestras de convencimento. Foram listados todos os agentes políticos e administrativos cuja opinião ou poder de fogo pudesse ser útil à causa. Foram arremetidos os nove deputados que na época representavam a cidade na Assembleia do Estado e na Câmara Federal, sem distinção de partido, para azeitarem o diálogo com o poder público? A propaganda foi considerada um capítulo importante e urdiu-se uma linguagem de frente de batalha. O próprio arcebispo, Dom Paulo de Tarso Campos, cunhou um slogan que depois os jornais repetiriam à larga:

— Não é Campinas que precisa de uma faculdade de medicina, mas a medicina que precisa de uma faculdade em Campinas. Nos meses seguintes, como uma espécie de corrente da sorte em expansão, registrou-se um bombardeio de telegramas, ofícios, memorandos e bilhetes endereçados ao governador e aos parlamentares exigindo o atendimento do pleito de Campinas. Eram redigidos e firmados por vereadores, às vezes câmaras municipais inteiras, dirigentes de instituições, capitães de indústrias, clubes de serviços e Isso com tal intensidade que a certa altura o governo já não tinha como ignorar os argumentos dos campineiros; além do que seus relatórios técnicos eram impecáveis. O Brasil tinha apenas 25 mil médicos e precisava de mais 90 mil – 15 mil dos quais só no Estado de São Paulo – para estar em dia com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde. E Campinas, uma cidade para onde convergiam doentes de quase uma centena de cidades, dispunha de 1 médico para cada grupo de 3.000 pessoas, quando a recomendação era de 1 para cada 750.

Na reunião de 14 de março de 1961, diante de 56 “generais”, Albernaz foi enfático: — Se preciso, vamos sacudir no nariz do governo as cifras da arrecadação municipal. Em dezembro, Carvalho Pinto deu mostras de mudar de postura e de conselho. Retirou Zeferino do caso e nomeou um seu antipoda, o reitor da USP Antônio Barros de Ulhoa Cintra, para chefiar um novo grupo de trabalho com a missão de “estudar a criação de um núcleo universitário em Campinas”. O grupo incluía o professor de gastroenterologia Cantídio de Moura Campos, o estatístico Ruy Aguiar da Silva Leme, o bioquímico Isaias Ray e o misto de biólogo e compositor de samba Paulo Emílio Vanzolini, todos da USP ou com passagem pela USP.

O grupo tinha vento a favor e trabalhou depressa, pois assumira o compromisso de concluir seu relatório ainda no governo Carvalho Pinto, que se encaminhava para o fim. Como tudo indicava que seu sucessor viria da oposição – Adhemar de Barros tinha como principal oponente Jânio Quadros, um ex-presidente combatido pela renúncia do ano anterior –, isto significava que Zeferino, um ademarista de berço, voltaria a dar as cartas em assuntos de educação superior. Antes de apagar do poder, entretanto, Carvalho Pinto já havia concluído que a postulação de Campinas era incontornável: estava madura o suficiente para não ser colhida. E resolveu dar aos campineiros um presente maior do que eles haviam pedido: em 28 de dezembro de 1962, no apagar das luzes de seu governo, assinou o decreto que criava a Universidade Estadual de Campinas. E, a poucos dias de entregar o posto ao novo governador, nomeou como primeiro reitor da UEC (sigla que vigorou até 1966) o professor Cantídio de Moura Campos.

O curso foi autorizado a funcionar provisoriamente nas dependências de um hospital ainda em construção, a Maternidade de Campinas. Em fevereiro de 1963 era contratado seu primeiro professor, o especialista em hanseníase Walter August Hadler, que assumiu a cadeira de histologia e embriologia. Lembrou-se então que a faculdade, única a compor até aí o projeto da nova universidade, precisava regimentalmente de um diretor. Em março foi designado para essa função o oftalmologista Antônio Augusto de Almeida. E em agosto começaram a ser instalados os primeiros departamentos, o de Genética Médica – primeiro da América Latina na especialidade – e o de Anatomia, tarefas confiadas respectivamente ao geneticista Bernardo Beiguelman, um dos pioneiros da genética humana no Brasil, e ao patologista João Batista Parolari.

O primeiro vestibular, realizado em abril, atraiu 1.654 candidatos para o preenchimento de 50 vagas. Formou-se rapidamente um conselho de curadores e em 20 de maio, quando o reitor da USP, Ulhoa Cintra, chegou para dar a aula inaugural, encontrou todo o corpo docente perfilado para cumprimentá-lo. No dia seguinte, os alunos entraram em bando para a primeira aula. (E.G.)

Zeferino Vaz, como interventor na UNB, recebe visita do embaixador Lincoln Gordon: 15 meses produtivos e contraditórios



Tanque nas ruas em abril de 1964: em artigo, Zeferino Vaz justifica porque “um pacífico homem de ciência” foi compelido a buscar a derrubada de um estado de direito

CAPÍTULO 6

Aventuras de um revolucionário civil

Zeferino acusa o ministro do Trabalho de Jango de fomentar greves e justifica desse modo seu apoio ao golpe militar

O golpe militar de 31 de março de 1964 veio encontrar Zeferino presidente do Conselho Estadual de Educação, depois de um ano como secretário da Saúde do governo Adhemar de Barros. Cinco anos mais tarde, num artigo comemorativo da quartelada, Zeferino explicou sua posição:

Pode-se perguntar por que razão um pacífico homem de ciência, acreditando com a mais profunda fé nas virtudes do regime democrático, que por ele lutara como soldado em 1932, foi compelido a buscar a derrubada de um estado de direito para substituí-lo por um estado revolucionário. A razão estava em que o que existia era um pretérito estado de direito cujos dirigentes se preparavam arduamente e sub-repticiamente para implantar uma ditadura de mediocres.

Zeferino tomou essa decisão em agosto de 1963, depois de concluir que o ministro do Trabalho do governo João Goulart, Amaury de Oliveira e Silva, estaria “prestigiando” moralmente uma greve salarial na Santa Casa de Santos, que ele, ainda secretário da Saúde, tentava a duras penas debelar. Quando a greve ganhou o apoio dos estivedores das docas, o ministro viajou a Santos para reunir-se com as lideranças sindicais. Ao lado do provedor da Santa Casa, Ricardo Pinto de Oliveira, estudava a conveniência de aceitar-se ou não as condições dos grevistas. Zeferino tomou isso como uma afronta. Numa operação de emergência, desceu a serra na companhia de 40 enfermeiras emprestadas do Hospital das Clínicas de São Paulo para tentar restabelecer aquele serviço de enfermagem. Cruzou com o ministro na entrada do hospital e desviou-se dele com o semblante carregado. Terminou de subir as escadas como se não o conhecesse. “A partir daí”, escreveu Zeferino, “não tive mais dúvida sobre o governo”.

Um governo que, para alcançar seus objetivos subalternos, através do caos social, não sentia, comprovadamente, o menor escrúpulo em proceder criminosamente, não mais podia merecer o meu respeito de cidadão e muito menos de médico.

Os quinze meses que passou na UNB como “interventor ou reitor a serviço da Revolução de 31 de Março”, segundo sua própria expressão, foram ao mesmo tempo produtivos e contraditórios. A parte boa é que, hábil em arrancar dinheiro do Estado, colocou em dia as finanças da instituição. Recebido com reservas pela comunidade universitária, surpreendeu a todos cuidando pessoalmente da libertação dos professores e estudantes presos durante a invasão. No entanto, poucos dias depois expulsou nove professores e quatro instrutores “por conveniência da administração” (mais tarde admitiu ter errado em dois casos, mas não conseguiu trazê-los de volta).

Em meados de 1965 tornou a causar surpresa ao convidar para organizar o Departamento de Filosofia o professor Ernani Maria Fiori, que havia sido demitido e aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no primeiro dos 16 atos institucionais do período militar. Quando as esperanças da comunidade interna voltavam a aglutinar-se em torno dele, Zeferino foi obrigado a voltar atrás, demitindo Fiori por ordem do Planalto.

Aborrecido com as interferências e abalado com a perda de prestígio interno, deu sua missão por terminada na capital federal e passou o cargo a um homem que fazia história na Universidade de Brasília – o professor paulista Laerte Ramos de Carvalho – graças não só à quantidade de usque que consumia mas também por ter rapidamente conduzido a instituição ao abismo.

Menos de dois meses depois da saída de Zeferino, o novo reitor demitiu 16 professores e, em represália, recebeu 223 cartas de demissão, o que equivalia a 80% do corpo docente da UNB. Foi a maior crise da história de uma universidade no Brasil. (E.G.)